

A DEEP WEB COMO FERRAMENTA DO JORNALISMO INTERNACIONAL

Marcus Vinícius F. Souza¹

Ivi Pereira Monteiro²



ISSN: Consultar em
revista.fagoc.br

RESUMO

O crescimento das tecnologias de comunicação mediadas por computadores e o aumento da velocidade da internet ampliaram as possibilidades de ação dos jornalistas que trabalham como correspondentes ou como enviados especiais em outros países. Como se dá a comunicação destes com suas respectivas redações em países onde há limitações à liberdade de imprensa e onde a internet é controlada? Ao final de uma pesquisa exploratória, pôde-se constatar que a *Deep Web* é livre e deve ser utilizada por jornalistas do mundo inteiro para enviarem as principais notícias na cobertura internacional para suas respectivas redações, principalmente quando o país em cobertura é um aliado em potencial da censura. Fazer com que a notícia verídica chegue ao conhecimento da sociedade é dever do jornalista, e a *Deep Web* vem como um veículo para cumprir tal procedência. Afinal, a máquina é apenas uma ferramenta capaz de ajudar a humanidade a progredir mais depressa, livrando-a de alguns dos encargos decorrentes de cálculos e interpretações. “A tarefa do cérebro humano continua a ser o que sempre foi: descobrir novos dados a serem analisados e inventar novos conceitos a serem experimentados.” (ASIMOV, 1976, p.13)

Palavras-chave: *Deep Web*. Jornalismo internacional. Ética. Censura. Internet.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias de computação e a consequente criação da internet como espaço de interatividade comunicacional trouxeram diversos benefícios ao mundo globalizado, mas também inúmeras preocupações consideráveis – dentre elas, a censura na rede, o fim da privacidade e as práticas invasivas de e-mails, redes sociais e entre outros.

Tecnologia é uma dimensão fundamental da mudança social. As sociedades evoluem e transformam-se através de uma complexa interação de fatores culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. Por isso, a tecnologia precisa ser entendida dentro dessa matriz multidimensional. No entanto, a tecnologia tem sua própria dinâmica. O tipo de tecnologia desenvolvida e difundida numa sociedade configura decisivamente sua estrutura material. (CASTELLS, 1999, p. 137).

A *Deep Web* (DW) surgiu para ampliar os diversos caminhos do usuário final, entre eles, ajudar o correspondente internacional, em um país aliado à censura, a se comunicar com sua respectiva redação. A DW, por muitos anos, foi considerada ferramenta ilícita do mundo virtual. Segundo Greenwald (2014, p.10), “a fama veio através de empresas capitalistas que lutam e tentam formar essa ideia nas pessoas mundo afora para não perderem seu espaço no mercado lucrativo”.

1 Graduando em Psicologia e Graduado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Faculdade Ubaense Ozanam Coelho (FAGOC).

2 Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de La Plata. Mestre em Comunicação e Tecnologia pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Graduada em Jornalismo pela Faculdade Governador Ozanam Coelho (Fagoc) e em Letras pela Universidade Machado Sobrinho (UNIVERSO). Professora na Graduação da Fagoc.

tivo da Surface (internet convencional) ”.

Fato é que ela pode ser usada por jornalistas internacionais para se comunicar com suas respectivas redações longe da visão do governo do país em que estão trabalhando. Nesse caso, usar a Deep Web é um jeito de “quebrar” a censura e pode ser uma solução eficaz para ajudar os jornalistas. “Sem dúvidas ela veio para ficar, modificar o futuro quando o assunto é acesso à internet e derrubar a Surface, que por sua vez é cada vez mais censurada mundo a fora” (GREENWALD, 2014, p.14).

A necessidade do computador e da internet vem crescendo a cada dia em todas as faixas etárias e camadas sociais da população. Não existe mais o antigo pensamento de que o uso dessa tecnologia é algo exclusivo de adolescentes aficionados por jogos virtuais, que perdem seu tempo no ciberespaço em vez de estudar ou realizar programas culturais.

Conhecer a fundo o problema da censura, os exemplos de superação e luta contra essa prática é dever de todo jornalista internacional. Fazer de fato com que a sociedade fique bem informada é papel de um bom profissional.

De acordo com Machado (2007, p. 18), a pesquisa “promove ao pesquisador o maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva”. Neste caso, por meio de uma pesquisa bibliográfica com foco em autores e obras que tratam do assunto, bem como em fontes seguras da internet, este estudo mostra pessoas que tentam a todo o momento se libertar da censura mundial e apresenta aos leitores a mais nova internet da atualidade e de um futuro próximo.

O JORNALISMO INTERNACIONAL

Alimentada pela globalização, ajuda internacional e esforços dos grupos de jornalismo, a prática mundial de enviados especiais para estreitar a comunicação e notícia entre países tem crescido desde a queda do comunismo em 1989. A ênfase de campo sobre a responsabilidade pública e direcionamento das pautas de crime e corrupção tem atraído milhões de dólares em mídia, que

vem como uma força importante ao promover o Estado de Direito e da democratização no acesso a informação.

O que é o jornalismo internacional

Vislumbrada por diversos jornalistas, a prática de jornalismo internacional vem sendo cada vez mais desejada. Incumbida de informar as notícias internacionais, essa vertente vem ganhando alto espaço no meio da imprensa. Como qualquer outra prática social, ele não pode agora ser completamente entendido como parte da globalização.

Segundo Putsata (2007, s. p.), esse processo “refere-se à intensificação das interconexões sociais, que permite apreender o mundo como um único lugar, criando uma consciência da própria existência e sua posição dentro da faixa de experiência do mundo”. Como parte de uma maior plataforma de meios de comunicação, o jornalismo contribui para essa experiência e representa um componente fundamental nessas transformações sociais, como causa e como resultado mundo a fora.

Assim, o avanço do capitalismo e a Revolução Industrial trouxeram consequências que incentivaram o avanço do jornalismo e as pesquisas na área de comunicação. Invenções como eletricidade, máquina a vapor, telégrafo e telefone, no final do século XIX, beneficiaram a urbanização e a existência de um público letrado, interessado em consumir novos bens, ampliando assim os investimentos em jornais e agências de publicidade.

Diante de um cenário de desenvolvimento industrial e consequente necessidade de venda de produtos e investimento em publicidade, começaram a surgir as primeiras pesquisas em comunicação. Mas ainda é forte no pensamento geral que a crença do jornalismo no mundo teria nascido primeiro voltado para a informação local e só depois, expandido para além das fronteiras a partir de recursos tecnológicos advindos da Revolução Industrial. Essa concepção situa as origens do noticiário sobre fatos estrangeiros num estágio secundário do desenvolvimento da

imprensa, como desdobramento do processo de industrialização capitalista.

De acordo com essa visão, o jornalismo internacional é um fenômeno da atividade intelectual e econômica que data do segundo quartel do século XIX, porque sua história estaria, segundo Espinosa (1998, p. 36), “ligada ao desenvolvimento da escrita, à imprensa, à indústria editorial, às tecnologias de comunicação e ao transporte”.

Os acontecimentos sobre o exterior entraram nas páginas dos jornais tardiamente, porque não havia formas de compilação de fatos ou porque o interesse não transcendia fronteiras. Assim foi, em geral, a história da imprensa no mundo. O jornalismo nasceu como uma atividade de comunicação local, com uma vocação comunitária. A primeira agência de notícias internacionais é organizada no segundo quartel do século XIX. As notícias sobre o exterior ganham seu espaço na imprensa diária quase um século depois da Revolução Industrial. (ESPINOSA, 1998, p. 40).

O jornalismo internacional, de fato, é praticado desde o início da história da imprensa. Os veículos pioneiros criados pela burguesia da Europa já utilizavam essa prática para informar leitores locais sobre fatos acontecidos no exterior nos séculos XVII e XVIII. Assim, na realidade, surgiu o jornalismo internacional, que tem como objetivo informar à redação do país local questões de política, economia, cultura, acidentes, natureza e todos os assuntos que acontecem no país em cobertura.

Portanto, segundo Natali (2004, p. 19), seria um equívoco acreditar que “o jornalismo internacional teria nascido apenas no século XIX quando, em Londres (Inglaterra), os periódicos impressos ampliavam sua área geográfica de interesse e de cobertura em razão da expansão do império colonial britânico”. Nos EUA, o noticiário internacional tomava corpo porque imigrantes enriquecidos tinham uma visão mais metropolitana do mundo e criavam uma demanda específica por informações, sobretudo as que tinham origem na Europa.

O jornalismo impresso – e o jornalismo internacional, que nos primórdios do jornalismo era o único tipo de jornalismo conhecido – não nasceu com o capitalismo. O mercantilismo³ já precisava dele e foi por isso que o criou. Ocorreu, na época mercantil, o florescimento rápido dessas folhas de notícias impressas que eram vendidas a quem quisesse comprar e não mais circulavam dentro de um mesmo conglomerado comercial e financeiro. (NATALI, 2004, p. 22).

As dificuldades do jornalismo internacional

O jornalista internacional sempre encontrou obstáculos para a execução da sua profissão. O ingrediente continua o mesmo: o mundo. Mas o processo de investigação foi transformado pela tecnologia. A internet tornou as fronteiras geográficas tênues e o jornalista, no modo internacional ganhou a possibilidade de apurar o mundo sem se levantar da cadeira.

Em contrapartida, a mesma tecnologia que inaugurou uma nova maneira de apurar os fatos trouxe à tona novas dificuldades. O trabalho dos correspondentes tornou-se menos frequente, e o excesso de versões pode confundir em relação a notícia original, sem contar que, quando não há o conforto da internet no país em cobertura ou esse meio de comunicação é controlado e censurado pelo governo, esse luxo cai por terra.

Há 30 anos seria impossível fazer um bom jornalismo internacional sem correspondente. Mas hoje, a questão está mais temperada. A internet supriu fronteiras geográficas. Se a Reuters cita uma informação obtida com exclusividade pelo Guardian, eu vou ao site do Guardian e vejo como ele a tratou. E se o mesmo texto cita um especialista, eu vou ao site da instituição em que esse especialista

³ Mercantilismo - Nome dado a um conjunto de práticas econômicas desenvolvido na Europa na Idade Moderna entre o século XV e o final do século XVIII.

⁴Reuters - É uma das mais famosas e antigas agências de notícias do mundo. A companhia foi fundada pelo alemão Paul Julius Reuter, um pioneiro dos serviços telegráficos.

⁵ Guardian - É um jornal britânico fundado em 1821. Até 1959 era conhecido como *The Manchester Guardian*, nome pelo qual ainda é referido algumas vezes.

trabalha e mandou a ele um e-mail, com uma ou duas perguntas, ou leio os dois últimos textos acadêmicos que ele produziu. (NATALI, 2004, p. 25).

A censura sempre incomodou. No século XVII, a imprensa independente do governo teve vida curta. No século XVIII, foi contestada pela primeira vez. Na Suíça, promulgou-se a primeira lei sobre a liberdade de expressão. No final do século XVIII, existia a esfera de notícia internacional utilitária (*business*⁶), mais o espaço verbal da política e fofoca. O começo do século XIX vingou o nacionalismo como identidade.

O Jornalismo Internacional foi censurado por causa das ideias inovadoras e importado nos séculos XIX e XX. No século XIX, os jornais começavam a produzir notícia para um público diferenciado, de burguês até camponês. Segundo Natali (2004, p. 32), “as agências deram viabilidade econômica ao noticiário internacional”.

Ser correspondente em outro país é diferente do que várias pessoas imaginam. O primeiro desafio é o risco à segurança durante reportagem em áreas inseguras. O medo, a falta de conhecimento sobre o país em cobertura e o receio de estar longe de casa ainda são os mais impiedosos de todos.

Há mais de dez anos em Roma, Ilze dá sua definição do que é ser uma correspondente.

- É viver em alerta permanente, passar a noite gerando imagens e ser feliz numa casa-escritório-biblioteca, porque é preciso ler muitos livros para ser correspondente
- explica Ilze. Ela também revela que sua mala está sempre pronta para ser fechada e que é necessário ter muitos casacos, pois todos terão utilidade. Para Ilze, uma matéria inesquecível foi a cobertura do enterro do Papa João Paulo II. (CASTRO, 2011).

A tecnologia, além de tudo, veio para ajudar e pode até ter avançado, mas nunca vai substituir a necessidade de histórias humanas. Repórteres não precisam mais colocar uma antena parabólica tão grande como um guarda-chuva para fazer uma chamada de telefone

⁶ Business - significa comércio, negócio. É um termo da língua inglesa.

arriscando ser encontrados por atiradores ou algo do gênero.

A CENSURA NO JORNALISMO INTERNACIONAL

A definição de censura é, em si, motivo de controvérsias. Em uma democracia, é habitual que as decisões a serem tomadas pela regra da sociedade se dirigem pela maioria.

Conceito

Há anos que a sociedade exprime suas expectativas através dos jornais. A “*Acta Diurna*”, “*Acta Popidi*” ou “*Acta Publica*” (Diário de Registros Públicos) foi o primeiro jornal até então conhecido do mundo produzido por ordem do imperador romano Júlio César em 59 a.C. com o intuito de informar a população sobre os principais acontecimentos de seu governo e da república.

Nos anos que se antecederam ao golpe de 1964 até os dias de hoje, o controle da imprensa no Brasil é um assunto extremamente debatido. Hoje, existe a censura da informação ao ser transmitida a notícia para a sociedade e não foi encontrada uma solução conveniente para todos os lados, tanto para a mídia quanto para a população em melhorar o problema. Tal fato, chamamos de síndrome da antena parabólica.

A síndrome da antena parabólica, de acordo com Kucinski (1998, p. 49), é um “comportamento que foi gerado devido aos 21 anos de regime autoritário vivido pelos jornalistas no Brasil, que acabaram criando uma cultura jornalística voltada para a compulsão”. Essa cultura foi voltada à unanimidade, ao simulacro, ao desprezo pela verdade nos momentos críticos, ao processo de criação do consenso e, especialmente, à autocensura.

Mas, de fato, ainda não há uma conclusão fadada sobre o conceito de censura. Tudo porque ela está em vários lugares nas mais diversas ocorrências, tanto no meio dos veículos de comunicação quanto dentro da sociedade. “Censura é o uso pelo estado ou grupo de poder, no sentido de controlar e impedir a liberdade de

expressão” [...] “No sentido moderno, a censura consiste em qualquer tentativa de suprimir informação, opiniões e até formas de expressão, como certas facetas da arte” (BRASIL, 2007, p. 172). Esse processo limita certas ações de comunicação ou até a tentativa de exercer essa comunicação.

Motivos da censura

Formas mais recente de censura referem-se a limitações de acesso a certos meios de comunicação, ao modo de atribuição de concessões de rádio e televisão por agências reguladoras ou a critérios editoriais discricionários, segundo os quais um jornal, por exemplo, pode não noticiar determinado fato. Muitas vezes a censura se justifica em termos de proteção do público, mas, na verdade, esconde uma posição que submete artistas, intelectuais e o próprio movimento social ao poder do estado e infantiliza o público, considerado como incapaz de pensar por si próprio.

O propósito da censura está na manutenção do *status quo*⁷, evitando alterações de pensamento num determinado grupo e a consequente vontade de mudança. Dessa forma, é muito comum entre grupos, como religiões, multinacionais e governos usar a censura como forma de manter o poder. A censura procura também evitar que conflitos e discussões se estabeleçam.

É com base nisso que Guimarães (2012, p. 45) afirma que os governos do mundo “tentam calar a imprensa e praticar o bom censo da sociedade”, tão chamado de espiral do silêncio. Essa teoria da ciência política e comunicação de massa foi proposta pela cientista alemã, Elisabeth Noelle-Neumann.

O resultado é um processo em espiral que incita os indivíduos a perceber as mudanças de opinião e a segui-las até que uma opinião se estabeleça como atitude prevalecente, enquanto as outras opiniões são rejeitadas ou evitadas por todos, à exceção dos duros de espírito. (SOUZA, 2002, s.p.).

⁷ *Status quo* - Forma abreviada da expressão do Latim *in statu quo res erant ante bellum*. Significa “no mesmo estado que antes”, “o estado atual das coisas, seja em que momento for”.

É a hipótese científica de sucesso, segundo a qual há uma ideia de espiral que explicita a dimensão cíclica e progressiva dessa tendência ao silêncio. Quanto mais minoritária a opinião dentro de um universo social, maior será a tendência de que ela não seja manifestada. Quando os meios de comunicação, diante de um escândalo político, impõem uma imagem desfavorável de seu protagonista, essa opinião será dominante no universo social que eles atingem. Apesar de haver vozes minoritárias discordantes, haverá uma tendência de que elas se calem.

Quando parte desse grupo se cala, a opinião discordante, que já era minoria, torna-se ainda mais minoritária e a tendência ao silêncio é ainda maior. Assim a censura impera. Esta prática vem crescendo cada dia mais e agora ela começa a invadir a internet.

A censura é um assunto delicado no Brasil, especialmente após o período da ditadura militar. A simples veiculação da palavra censura é capaz de causar mal-estar, pavor e repugnação nas pessoas. A imprensa brasileira, naquele tempo, foi uma das principais vítimas da censura dos militares. (GUIMARÃES, 2012, p. 10).

Os 13 países da censura na internet

Em 2006, a organização Repórteres sem Fronteiras⁸ publicou uma lista de 13 “inimigos da Internet”. São eles: Arábia Saudita, Bielorrússia, Birmânia, República Popular da China, Coréia do Norte, Cuba, Egito, Irã, Síria, Tunísia, Turcomenistão, Uzbequistão e Vietnã.

Enquanto não existe um acordo universal sobre a definição do que constitui “censura invasiva”, a organização Repórteres sem Fronteiras mantém uma lista de inimigos da Internet, enquanto a *OpenNet Initiative*⁹ categoriza algumas nações como praticantes de níveis ex-

⁸ Repórteres sem Fronteiras - Organização não governamental internacional cujo objetivo declarado é defender a liberdade de imprensa no mundo.

⁹ A OpenNet Initiative (ONI) - É um projeto conjunto, cujo objetivo é monitorar e relatar filtragem na internet e práticas de vigilância pelas nações. O projeto emprega um número de meios técnicos, bem como uma rede internacional de investigadores para determinar a extensão e natureza dos programas de filtragem de Internet do funcionamento do governo.

tremos de censura na Internet. Essas nações geralmente censuram conteúdo político e às vezes punem cidadãos que violem a censura com prisão.

Quando se busca a censura em modo parcial, a lista de países cresce. Não são apenas os 13 países que censuram a internet. Na lista das nações que controlam parcialmente a rede, estão: Arábia Saudita, Belarús, Burma, Cuba, Egito, Etiópia, Coreia do Norte, Síria, Tunísia, Turcomenistão, Uzbequistão, Vietnã e Zimbábue.

O governo faz isso para acabar com diversas práticas. O caso mais recente de censura na rede veio do Irã. O país bloqueou o *Facebook*. “O governo iraniano já havia proibido o *WhatsApp* e até o *Instagram*, sendo que Mark Zuckerberg até foi intimado a depor em uma corte do país” segundo David (2014, s.p.).

Existem muitos governos em prol da censura no mundo. Segundo David (2014, s.p.) “agora, a situação piorou ainda mais, a rede social *Facebook* foi proibida por lá e quem for pego tentando efetuar o *login* será preso”. O governo chinês, por exemplo, também bloqueou o acesso dos seus 298 milhões de usuários “a sites como *Twitter*, *Flickr*, *Youtube*, *WordPress*, *Blogger*, *Hotmail* e *Bing*. Até a *Microsoft* anunciou que entraria em contato com o governo do país para exigir explicações” segundo Paterniti (2014, s.p.). Para isso, os Estados Unidos agiram e criaram uma lei de não cooperação.

O “*Global Online Freedom Act of 2006*”, proposto por vários congressistas, entre eles o republicano Chris Smith, pretende “promover a liberdade de expressão na Internet”. Smith preside a Subcomissão de Direitos Humanos da Câmara de Representantes. A medida propõe “proteger as companhias americanas da coerção para participar da repressão de governos autoritários. O texto foi apresentado depois que altos executivos da *Microsoft*, *Google*, *Yahoo!* e *Cisco Systems* compareceram perante a Subcomissão para África, Direitos Humanos e Operações Internacionais da Câmara de Representantes e defenderam sua cooperação com o governo da China. (EFE, 2014).

Segundo Sato (2009, s. p.) “a censura da internet não é novidade em países como a

China”. Para observar o grande número de usuários, “o partido comunista gasta bilhões de dólares por ano por lá no controle das informações que circulam pela rede”, ainda comenta. Manter blogs ou postar vídeos criticando o governo pode acabar em cadeia, conspirar contra o governo chinês é perigoso e há casos de morte não noticiados pela mídia.

“O governo controla os assuntos proibidos por meio de filtros, que encontram palavras-chave ligadas a movimentos democráticos, como “revolta”, “massacre”, “direitos humanos” ou movimento estudantil” conclui a autora.

O jornalista e a censura

A liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I. Cento e cinquenta e um ano depois, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado, segundo Vicentino (2008, p. 20), pelo Departamento da Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: “Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito”.

A proibição de se referir, nos meios de comunicação de massa, ao ato de D. Pedro revela a orientação da censura. Houve muitos outros episódios durante a história desse fato. “A Censura, parte do Estado autoritário, o protegia e, protegendo-o, protegia toda a população” conclui o autor.

O número crescente de jornalistas que são espancados e até mortos durante os levantes conflitos no Egito e em lugares ao redor do mundo onde precisam de forte comunicação é uma tendência preocupante. A censura é perniciosa. De um jeito ou de outro, os censores existem em todo o mundo e o seu número aumenta gradualmente, até mesmo no “berço” da liberdade de expressão, a Europa Ocidental.

A cruel censura totalitária do início do século, quando os despachos eram retidos ou mutilados em parte ou no seu conteúdo total, está voltando agora. Particularmente, no mundo comunista, o sistema deixa os correspondentes

numa posição em que se tornam os seus próprios censores, pelo medo de serem deportados.

Muito longe de fazer frente ao regime militar, a grande imprensa brasileira acabou por se acomodar à censura imposta pela ditadura que vigorou de 1964 a 1985. A resistência, quando houve, deu-se na imprensa alternativa, enquanto os grandes veículos se adaptaram para conseguir coexistir com os censores exigidos pelos militares.

Um dos maiores problemas da imprensa mundial é a falta de liberdade de expressão e a censura do jornalismo em alguns países. Geralmente, a falta de Liberdade de Expressão pode ser encontrada em países onde há uma ditadura, onde a imprensa local deve obedecer às ordens do governo, ou então, é censurada por tempo indeterminado. Em nações onde há ditadura, são poucas as organizações que não obedecem aos ditadores.

O grande desafio de se comunicar com a redação passando pela censura

Marcando uma época, liberdade de informação é muitas vezes sacrificada a uma interpretação excessivamente ampla e abusiva de necessidades de segurança nacional, preocupante de práticas democráticas. Esse é um erro e tal fato não deveria se misturar a violência, afinal existe um princípio ético jurídico conhecido como “Princípio da Não Agressão”, em virtude do qual todo cidadão possui o irrestrito direito de fazer o que quiser, inclusive o jornalista, desde que não inicie violência contra outra pessoa, propriedade ou nação, condição *sine qua non*¹⁰ para o relacionamento pacífico entre as pessoas.

O princípio da não-agressão ou PNA é um axioma libertário de onde baseia-se a Ética da liberdade. A ideia é que é moralmente errado iniciar agressão contra não-agressores. Considerando como agressão, ataques à vida, liberdade e propriedade justamente adquirida. Para alguns libertários essa é a única lei necessária. O resto seria regras que iriam variar de propriedade para propriedade,

sem entrar em contradições com o princípio base da sociedade libertária. Os defensores do PNA não são pacifistas, defendem o direito à legítima defesa e punição proporcional ao crime. (TERRA, 2006).

Diante disso, é dever do jornalista passar a informação para a sua redação, mas sempre com responsabilidade e não tentando começar e ampliar uma agressão a algo ou lugar. Como citado pela PNA, os jornalistas ou pessoas de bem não têm o direito de usar de uma tecnologia ou empresa de imprensa para iniciar um sensacionalismo épico.

O Marco Civil da internet na linha tênue entre censura e a segurança da informação

Marco Civil da Internet (oficialmente chamado de Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) é a lei que regula o uso da Internet no Brasil, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado.

O projeto surgiu em 2009 e foi aprovado na Câmara dos deputados em 25 de março de 2014 e no senado federal em 23 de abril de 2014, sendo sancionado logo depois por Dilma Rousseff. A ideia do projeto, surgida em 2007, foi adotada pelo governo federal em função da resistência social ao projeto de lei de crimes conhecido como Lei Azeredo, muito criticado sob a alcunha de AI-5 Digital. Após ser desenvolvido colaborativamente em um debate aberto por meio de um blog, em 2011 o Marco Civil foi apresentado como um Projeto de Lei do Poder Executivo à Câmara dos Deputados, sob o número PL 2126/2011. No Senado, desde 26 de março de 2014 o projeto tramitou sob o número PLC 21 de 2014, até sua aprovação em 23 de abril de 2014. (WIKIPEDIA, 2014).

Diversos países têm se preocupado em regulamentar a Internet. Os provedores, empresas de telecomunicações e prestadores de serviços, segundo Torres (2013, s. p.), “têm usado a desregulamentação na Internet para abusar dos consumidores”. Nos Estados Unidos, as empresas têm manipulado a velocidade de

10 *Sine qua non* (ou *conditio sine qua non*) - é uma expressão que se originou do termo legal em latim que pode ser traduzido como “sem a/o qual não pode ser”.

acesso para inibir usuários que baixam muitos vídeos e músicas. Ainda segundo ele, no Brasil, “as empresas de Telecom têm artificialmente mudado a prioridade e o roteamento dos pacotes de Voip, como o *Skype*, para piorar a conexão” e garantir que o usuário use o celular ou o telefone convencional. O *Google* tem usado e vendido informações sobre o perfil de acesso dos usuários para fins de publicidade.

Os artigos 10º e 11º do Marco Civil tratam de dois itens importantes relacionados à privacidade dos usuários. Torres (2013, s. p.) ainda arrisca uma análise e afirma, dentre outras coisas, que “um provedor não pode violar o direito à intimidade e vida privada dos seus usuários”, ou seja, não pode divulgar seus dados ou ainda monitorar os dados trafegados, algo natural para qualquer empresa que quer manter seus clientes satisfeitos. “O monitoramento e armazenamento desses dados podem ser feitos desde que o provedor receba ordem judicial com esta instrução. O tempo de armazenamento dos dados foi alterado, antes era de dois anos e agora será de no máximo um ano”, conclui Torres, 2013, s. p.).

Vale lembrar que os provedores só devem guardar o chamado registro de conexão, que, segundo o projeto, é o conjunto de informações referentes à data e à hora de início e término de uma conexão à Internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e o recebimento de pacotes de dados. Ou seja, eles devem guardar qual foi o IP, duração e quando essa conexão ocorreu. O registro não deve conter os sites acessados ou aplicações usadas, conversas do cliente e sites de sua preferência.

Também foram adicionados três novos parágrafos ao artigo 7º. Eles dizem que, caso algum serviço da web precise coletar dados pessoais, ele deve dar informações claras e completas sobre essa coleta, bem como excluir todos os dados caso o usuário termine seu contrato com a empresa e ainda oferecer “temos claros” sobre a políticas de uso da sua rede. E isso já é feito pela grande maioria de serviços, nos seus termos de uso.

Então, sob a reflexão da lei e se ela for

bem executada, a segurança nacional poderá estar protegida de grandes invasões das empresas capitalistas. Contudo, se os provedores que concedem o acesso se aproveitarem da demanda da lei para crescer os lucros, podemos estar diante de mais um problema futuro na rede mundial.

A DEEP WEB

Existem várias maneiras de bloqueio na Internet. A de sítios, portas e protocolos TCP/IP da Internet é um deles e pode ser feito por softwares específicos instalados no equipamento que acessa a Internet, através de roteadores¹¹ locais, por exemplo, que são domésticos ou empresariais, ou são instalados diretamente nos roteadores dos provedores de Internet.

A censura imposta à Internet em alguns países utiliza preferencialmente o bloqueio através dos roteadores dos provedores da Internet que são mantidos sobre o controle de seus governos. Uma ferramenta que veio para acabar com esse problema e ajudar principalmente os profissionais de jornalismo internacional é a chamada *Deep Web*.

“Há quem diga que o *Google* só consegue rastrear 1% do que existe online. Os outros 99% estariam na *Deep Web*. Canibalismo e necrofilia são duas palavras comumente associadas a essa espécie de internet paralela e servem como base para se ter uma noção do tipo de ações que se passam por lá.” (MELO, 2014).

O que é a *Deep Web*

Além de todo o seu lado obscuro, nos últimos tempos, a *Deep Web* vem para fazer a diferença, principalmente quando o assunto é a censura de determinados países que lutam para dirigir o controle da informação. Entre as diferenças está a prática para que jornalistas em cobertura nos países da censura, informem para a sua redação notícias que o governo não quer que se espalhem internacionalmente.

11 Roteadores - dispositivos que encaminham pacotes de dados entre redes de computadores, criando um conjunto de redes de sobreposição.

A D.W. é o conjunto de conteúdos da internet não acessível diretamente por sites de buscas e *browsers* convencionais. Isso inclui, por exemplo, documentos hospedados dentro de sites que exigem cadastro e senha. Os navegadores comuns da *Web*, como o *Chrome*, *Firefox*, *Opera*, entre outros não são capazes de acessar os sites da *Deep Web*. O principal responsável pelo acesso a esse mundo oculto é o *software* chamado TOR (*The Onion Router*).

TOR veio de um projeto do Laboratório de Pesquisa Naval dos EUA, onde o seu objetivo era proteger as comunicações do governo. Sua segunda geração foi liberada para uso não-governamental e então apelidada de TOR". (MELO, 2014).

Os endereços na *Deep Web* podem ser bem incomuns. "Eles contém uma sucessão de letras e números seguida do sufixo '.onion', em vez do tradicional '.com'". Originalmente, sua função é também positiva: proteger conteúdos confidenciais como os de governos, bancos, empresas, forças militares e universidades acessíveis só com *login*, por exemplo.

O nome "*Onion*" significa "cebola", que tem íntima relação com a *Deep Web*, por ser constituída por camadas. "Hoje o TOR é utilizado para uma ampla variedade de propósitos tanto militares, jornalísticos, policiais e entre outros" segundo TORPROJECT (2013, s. p.). Ele vem sendo considerado o *browser*¹² mais seguro e privativo, que são dois fatores importantes, tendo em vista que a *Deep* também é pródiga em vírus de todos os tipos e tamanhos.

TOR é um pacote de ferramentas para organizações e pessoas que desejam mais segurança na internet. Usando o sistema, o tráfego de dados gerado por mensageiros instantâneos, navegadores, SSH (que permite a conexão com outro computador "*Secure Shell*"¹³) e outros aplicativos que usam o protocolo TCP (Protocolo de Controle de Transmissão) se torna

12 *Browser* - Programa de computador para visualização de páginas da *web*.

13 *Secure Shell* - Programa de computador e protocolo de rede que permitem a conexão com outro computador na rede de forma a permitir execução de comandos.

anônimo. A conexão foi criada pela Marinha dos Estados Unidos em 1996 e é mantida, atualmente por voluntários em todo o mundo.

O lado bom e o lado ruim da *Deep Web*

A *Deep Web*, por muitos anos, foi considerada ferramenta ilícita do mundo virtual. A fama veio através de empresas capitalistas que lutam e tentam formar essa ideia nas pessoas mundo afora para não perderem seu espaço no mercado lucrativo da *Surface*.

A expressão *Deep Web* não foi criada para descrever um *site* tenebroso na *Web*, mas apenas para dar ênfase a um fato muito natural: a Internet é muito maior do que aquilo que o *Google* é capaz de descobrir. Uma das formas mais comuns de se navegar em parte da *Deep Web* é feita pelo navegador TOR, que dificulta e embaralha a identificação dos computadores ao acessar determinado conteúdo, trocando o IP real do computador que faz o acesso.

O especialista em informática Edward Snowden, a Agência de Segurança Nacional (NSA) norte-americana, os rebeldes sírios e um recheado grupo de traficantes compartilham o mesmo escritório. Este escritório está no funcionamento interno da Internet, a chamada *Deep Web* (*web profunda*). Um submundo que, apesar do misticismo do nome, é feito de toda a informação que as ferramentas de busca tradicionais como o *Google* e o *Yahoo* não podem rastrear. (VERDU, 2014).

Segundo Kobory (2014, s. p.), a *Deep Web* é um local onde é possível encontrar de tudo, "de livros sobre computação quântica e acadêmicos, venda de bonecas humanas sexuais, relatos de vida fora da Terra e sites de venda de órgãos, drogas e várias outras coisas que não sonham que o ser humano possa fazer". O cuidado deve ser primordial, "se irá acessá-la para o bem, o cuidado que deve tomar é camuflar o seu IP e usar uma máquina virtual para proteger o seu PC de algum imprevisto" afirma o autor. Mas ainda é possível em meio a tantas atrocidades de mentes humanas encontrar diversas coisas boas, "há um lado muito rico em conhecimento, que pode dar

enriquecimento cultural e pessoal para quem souber aproveitar. A D.W. não é só feita de coisas sombrias”, conclui Kobory (2014, s. p.).

Formas de uso da *Deep Web*

Pessoas almejam ganhar seguidores em rede social ou mesmo matar alguém. Essas atrocidades da sociedade existem e são possíveis na *Deep Web*. Com o fechamento do suposto “*Silk Road*”¹⁴ idealizado por Ross Ulbricht¹⁵ em São Francisco-USA, tem havido um foco renovado sobre a rede obscura da *Deep Web*, os locais acessíveis apenas através da criptografada rede TOR.

Em posts passados citei alguns casos grotescos como canibalismo, assassinos de aluguel, pedofilia, tráfico humano, satanismo e as maiores bizarrices cometidas pelos humanos. Isso é um pouco do que você pode encontrar na parte obscura da internet, a chamada *Deep Web*. Esse lado profundo do mundo virtual está somente acessível a aqueles com profundo conhecimento, mas que também podem ser acessados com pacotes (a exemplo o TOR) que permite aos usuários anonimato e certa segurança ao navearem. (NICOLA, 2014).

Com a cobertura do anonimato, os usuários se envolvem em atividades que vão desde expressar a dissidência política, vender grandes quantidades de maconha, até conseguir um livro e invadir arquivos de pesquisa confidenciais para uso e aprendizado. Enquanto a maioria da atenção tem sido dada ao tráfico de narcóticos ilegais, mesmo um rápido passeio através da *Deep Web* mostra a prevalência de outro tipo de serviço clandestino: assassinos contratados ou

14 *Silk Road* - Mercado negro on-line que operada como um serviço encoberto pela rede Tor. O site foi lançado em fevereiro de 2011. Os compradores podem registrar-se na *Silk Road* de graça, mas o vendedor deve adquirir novas contas por meio de leilões para supostamente mitigar a possibilidade de indivíduos mal-intencionados distribuírem mercadorias danificadas. A partir de 2012 as vendas ultrapassaram 22 milhões de dólares norte-americanos convertidos em *Bitcoins*.

15 Ross Ulbricht - Proprietário da *Silk Road*, um jovem de 29 anos apelidado de Dread Pirate Roberts, que detinha quase três milhões de euros em *bitcoins*.

também chamados de *Hitman's*.

Os serviços de um *Hitman* é artigo de luxo. A maior parte é da Europa Central e Ásia. Eles têm seus preços definidos por méritos e alvo. Méritos é referente aos alvos já executados com sucesso, ou seja, quanto mais alvos executados, maior a confiabilidade e consequentemente, o preço. A outra classificação de preço é o tipo de alvo.

Normalmente, pessoas comuns são as mais baratas. O preço aumenta com a posição da pessoa diante a sociedade e dificuldade para executar o alvo. Quanto maior a fama e contato com o público ou a dificuldade de eliminar o alvo, maior o preço. Por exemplo, um político tem uma vida pública bastante ativa, desse modo, será mais caro. Já um militar tem treinamento com armas e pode apresentar riscos para o assassino, logo, também é mais caro. (NICOLA, 2014).

O contrato desses serviços, que vão desde coisas boas até coisas terríveis, é simples. A troca é feita pelos *Bitcoins* – moeda que permite propriedade e transferências anônimas de valores. *Bitcoins* podem ser salvos em computadores na forma de um arquivo carteira ou em serviços de carteira provido por terceiros e em ambos os casos podem ser enviados pela Internet para qualquer pessoa que tenha um endereço de *Bitcoin*.

O *Bugged Planet* é site muito útil na divulgação. Com ele é possível conseguir desde seguidores para as redes sociais na *Surface* por 40 *Bitcoins* até colocar o nome da sua empresa como principal nas pesquisas da *Google* sem a permissão e autorização da empresa por 6.000 *Bitcoins*. Nem tudo na D.W. usa esse processo, mas navegar com essa moeda vem com mais vantagens no acesso.

A *Deep Web* como ferramenta do jornalismo internacional

TOR é uma conexão de internet que oferece privacidade e anonimato aos usuários, pois esconde a origem do acesso a um site na internet. Já a *Deep Web* é conhecida como a parte mais obscura da internet, com conteúdo não indexado pelos mecanismos de busca padrão e que só é acessível via rede TOR. Ambas se juntam em uma força positiva quando o assunto

é a quebra da censura e controle de internet de determinados países. A rede TOR e a *Deep Web* ajudam a manter a privacidade de usuários bem-intencionados, como jornalistas (protegendo suas fontes), ativistas ou quem não deseja que seus rastros sejam capturados na internet ou ainda que precise passar pelo controle do governo.

Assim, o projeto vem para quebrar as barreiras da censura e começar um mundo de acesso à informação. Por exemplo, a internet chinesa é controlada através do “Escudo Dourado”, um *firewall*, sistema de segurança que bloqueia sites que contenham certas palavras consideradas “perigosas” pelo governo. Os sites bloqueados entram em uma espécie de lista negra e, a partir deles, tenta-se chegar a outras URLs subversivas. Com o TOR, esse esquema de controle “cai por terra”, uma vez que a internet na *Deep Web* é bem maior do que na *Surface* e, portanto, incapaz de ser controlado por esse sistema.

Com isso, jornalistas em coberturas internacionais poderiam enviar matérias para a sua redação em outro país facilmente com apenas um computador e um aprendizado básico de informática e assim consequentemente driblar a censura de um governo sem nenhum problema. Fato é que esse sistema pode ser usado por jornalistas internacionais para comunicar às suas respectivas redações, longe da visão do governo do país em que trabalham. Nesse caso, usar a *Deep Web* é um jeito de quebrar a censura. Diversas pessoas vêm se apoando nesta prática, como é o caso da blogueira e jornalista Yoani Sánchez que vive nos poderes da censura em Cuba.

Yoani, há quatro anos, para manter seu *blog* e suas postagens contra a política do eterno país de Fidel Castro, mantém uma equipe fora de Cuba para alimentar a página, já que ela não tem acesso. Ela é conhecida por essa prática de “blogueira cega” por utilizar-se da *Deep Web* para enviar aos mantenedores a sua postagem e confiar, pois não tem acesso ao blog na *Surface*. Não é de hoje que, a seu modo, a *Deep Web* vem incomodando as bases de governo e capitalistas de diversos países por vazar informações indevidas na visão do governo.

O *Wikileaks* e o *Anonymous* dificilmente teriam incomodado se não fosse por esse modelo de acesso à internet. Graças ao anonimato por lá ocasionado pela mudança do IP do computador em uso, que as quebras de sigilo começaram e “foi graças a esse espaço que os próprios *Anonymous* divulgaram a identidade de quase 200 pedófilos no final de 2011”, segundo elo (2014, s. p.).

Especialistas acreditam que a própria Primavera Árabe (onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África, em 18 de dezembro de 2010, contra a censura na Internet por partes dos Estados) não teria existido sem a *Deep Web*.

O *Wikileaks* e o *Anonymous* dificilmente teriam incomodado tanta gente poderosa se não fosse pela versão underground (subterrâneo) da internet. É lá que as quebras de sigilo começam e foi graças a esse espaço que os próprios *Anonymous* divulgaram a identidade de quase 200 pedófilos no final de 2011. (MELLO, 2014).

A ética do jornalista internacional perante a *Deep Web*

É difícil de prever e de ditar como se comportar perante a censura. Acusados de omitirem informações ou de falar demais, de se fixarem sobre um tema ou de o deixarem cair, de perseguirem os poderosos ou de serem coniventes com eles, os jornalistas são, simultaneamente, aqueles de quem se espera a atenção para um problema há muito tempo negligenciado, a denúncia de um mal social, a correção das injustiças.

Sobre a liberdade de expressão, a Constituição Federal Brasileira descreve como uma garantia individual do cidadão brasileiro, desde que não atinja a honra de terceiros. A Constitu-

16 *Wikileaks* - Organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, que publica, em sua página, postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis.

17 *Anonymous* - Legião que se originou em 2003. Representa o conceito de muitos usuários de comunidades online existindo simultaneamente como um cérebro global. Luta por diversas causas e ações contra governos.

ição Portuguesa assegura “a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”. As Primeiras Emendas à Constituição do EUA proíbem cerceamento da liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, e de ajuntamento pacífico. Da mesma forma a Constituição do Peru “consignou-se a liberdade de consciência e de religião” e vedou o “delito de opinião”. Cabo Verde, Portugal e Brasil, proíbem extradição quando o alvo da ocorre por “delito de opinião”.

A Constituição Federal no Brasil, em seu art. 5º da lei de liberdade a expressão reza que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Nenhum manual de redação é capaz de prever a hora da censura e não existe nenhuma resolução internacional que acabe com ela, mas a constituição tenta manter esse problema longe da sociedade em países desenvolvidos. Ninguém e nem empresas capitalistas devem aceitar a censura.

Um sofisticado sistema de censura, chamado de “Grande Muralha informática”, bloqueia na China qualquer acesso a sites considerados sensíveis e às redes sociais *Facebook* e *Twitter* ou à plataforma de vídeos *YouTube*. Mas o *Google* desviava relativamente desta censura até agora. O *Google* se retirou parcialmente da China popular em 2010 e levou seus servidores a Hong Kong, ao se recusar a aceitar as severas normas da censura chinesa. (NICOLA, 2014).

Como a Deep Web pode ajudar a se desviar da censura local

Por ser sigilosa quando ligado ao TOR, a informação, a princípio, é capaz de circular sem a intervenção do governo através desse sistema. A liberdade de pensamento e expressão é a pedra angular de qualquer sociedade democrática. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em particular, atribui um alcance especialmente amplo a ela: o Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos garante o direito de toda pessoa à liberdade de expressão e esclarece que este direito comprehende:

“A liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem

consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.” (WIKIPEDIA, 2014).

A D.W. pode ajudar o jornalista a driblar a censura em um determinado país em cobertura e chegar a notícia até a redação. Hoje, a grande ferramenta para o envio das notícias para as respectivas redações é a internet convencional, porém nem sempre é totalmente livre. O objetivo principal do uso da *Deep Web* é quebrar a barreira da censura do governo, evitar o bloqueio das notícias e, em contrapartida, fazer com que todo o material chegue à redação sem determinada interrupção.

HACKERS VERSUS MÍDIA NA DEEP WEB

De fato, cada vez mais o mundo vem precisando dos *hackers* como Snowden. Entretanto, essa palavra vem sendo considerada pejorativa.

Vamos encontrar situações deste tipo no mundo *HACKER*. Alguém que invada e piche o site da Microsoft, por exemplo, poderá até ser considerado *hacker* pela maioria das pessoas que tomarem conhecimento do fato. Mas se esta pessoa não possuir um histórico de ações *hacker*, não será aceita como *hacker* pela elite. Aí temos um dilema. Suponha que o hacker em questão apareça na imprensa mundial como o ‘*hacker* que invadiu o site da Microsoft’. Não importa se a ‘elite’ não o considere. A mídia o ‘fez’ *hacker* e até que esta pessoa não queira, já estará sendo lembrada e tratada como *hacker*. E quanto mais negar pior. Então as formas de ser aceito como *hacker* podem ser resumidas em: ou você apresenta o resultado das suas ações ou você é ‘apresentando’ como *hacker*. E quando eu falo de ‘ações’ não estou me referindo a meia dúzia de invasões de e-mail e distribuição de trojans. As ações precisam ser ações respeitáveis. Coisas difíceis como invadir o site da Receita Federal, criar um vírus de fama mundial, tirar os servidores da Fapesp do ar, pichar o site da Casa Branca (sede do Governo Americano). (CASTELLS, 2003, p. 67).

Ao afirmar que “o *hacker* limita-se a invadir página”, Lemos (2007, p. 06) demonstra,

mais uma vez, o uso ambíguo do termo *hacker* e, ao mesmo tempo denota uma avaliação depreciativa dos profissionais, argumento sustentável se considerar que os *hackers* criam as ferramentas e os desfiguradores que as utilizam.

Assim, nessa lógica, os *hackers* seriam mais valorosos que os desfiguradores que apenas copiam métodos de invasão que estão disponíveis na Internet, da mesma forma como copiam várias das imagens que utilizam para compor as suas desfigurações. Considerar que todo invasor é do mal é um terreno perigoso e generalizado. Olhar por uma visão mais descriptiva sobre cada situação é de fato necessário na sociedade da atualidade.

Caso Edward Snowden na Deep Web

No final de 2012, um contato de arquivo com sombra que se chama Cincinato¹⁸ estendeu via e-mail com o desejo urgente de revelar alguns documentos ultrassecretos a Glenn Greenwald¹⁹. Como blogueiro, escritor e comentarista implacável em todas as coisas relacionadas com a NSA (*National Security Agency* — a Agência de Segurança Nacional dos EUA), Greenwald tinha a intenção certa após ler, revelar tudo.

Snowden largou a escola no ensino médio e tentou ser reservista do Exército antes de virar agente de segurança. Ele teve acesso às informações que vazou quando prestava serviços terceirizados para a Agência de Segurança Nacional (NSA) no Havaí. Antes de trabalhar lá, arrumou seu primeiro emprego na Universidade de *Maryland*, trabalhando em uma unidade secreta da NSA perto do campus. Passou então para a CIA, na segurança da tecnologia

18 Cincinato – Documento nomeado por Snowden para distrair a NSA. O nome é em homenagem a Lúcio Quíncio Cincinato (519 a.C. — 439 a.C.) que foi general, cônsul e ditador romano.

19 Glenn Greenwald - (6 de março de 1967) é um advogado estadunidense, especialista em Direito Constitucional, Jornalista e Escritor. Vive no Rio de Janeiro, Brasil. Foi Glenn Greenwald quem iniciou a divulgação, através do jornal britânico *The Guardian*, das informações sobre os programas de vigilância global dos Estados Unidos pela NSA, revelados em junho de 2013 através dos documentos fornecidos por Edward Snowden.

da informação, ascendendo rapidamente por causa dos seus conhecimentos sobre Internet e programação de *software*.

Em 2007, a CIA o deslocou, sob fachada diplomática para Genebra, na Suíça, onde continuou trabalhando com segurança digital. Sua experiência nessa função e o trabalho ao lado de agentes da CIA gradualmente o levaram a questionar seu papel no governo. Snowden tem certificado de *hacker* ético, documento concedido pela *International Council of E-Commerce Consultants (EC-Council)* enquanto o agente trabalhava na *Dell*, em 2010, contratado pela Agência de Segurança Nacional.

Um 'hacker ético' é aquele que testa a segurança de redes e os sistemas de computadores para encontrar vulnerabilidades e brechas a fim de comunicá-las às empresas, para que as repare. Então, observando as ações do governo, ele agiu e desviou os arquivos enviando a Greenwald.

Após receber o material, Greenwald achou que era uma armadilha, ou algo maluco, e ignorou a mensagem. Ele então contatou a fonte e ami-ga Laura Poitras²⁰, documentarista, e lhe enviou uma amostra de documentos criptografados. Ela entrou em contato com ele imediatamente, e assim surgiu o início da grande descoberta.

Logo, por instruções do de origem, eles estavam em um avião para Hong Kong. Greenwald e Poitras fez exatamente o que lhes foi dito, aparecendo no hotel Mira às 10:20 em 3 de junho, na frente de um jacaré de plástico gigante, à procura de um homem segurando um cubo de Rubik. "Eu pensei que ele seria um senhor de 60 anos da NSA cara", diz Greenwald. E então aqui está um garoto pálido, com óculos, "olhando tudo de vinte e poucos anos". Isso, é claro, foi a NSA que contratou Edward Snowden. Uma vez que se retirou para seu quarto de hotel, ele revirou estimadas dezenas de milhares de documentos, a grande maioria delas classificadas como "Top Secret", que

20 Laura Poitras - (16 de janeiro de 1962) é uma cineasta, documentarista e escritora dos Estados Unidos da América. Glenn Greenwald e Poitras são as duas únicas pessoas que têm posse de todos os inúmeros documentos referentes aos programas de vigilância global da Agência de Segurança Nacional Americana, NSA.

compreende, sem dúvida, o maior vazamento de material classificado na história dos EUA. Depois de dias de trabalho intensivo com Greenwald e Poitras, Snowden fugiu a poucos minutos à frente da imprensa apenas para reaparecer em Moscou. (G1, 2013).

Em 23 de junho, o avião com Snowden deixou Hong Kong para Moscou, na Rússia. A viagem foi feita com apoio do *WikiLeaks*, de Julian Assange, que enviou uma militante para ajudar o ex-técnico da CIA. O americano ficou na área de trânsito do aeroporto de *Sheremetyevo* por 40 dias, em um “limbo” jurídico, uma vez que não tinha documentos para entrar em território russo – seu passaporte havia sido revogado pelos Estados Unidos. Os descobrimentos foram os mais adversos.

As primeiras informações mostradas foram as tentativas de invasão da NSA nos computadores do mundo.

No dia 5 de junho, o jornal britânico “*The Guardian*” publicou a primeira reportagem sobre os programas de espionagem, mostrando que a Agência Nacional de Segurança coleta dados sobre ligações telefônicas de milhões de americanos diariamente e que também acessa fotos, *emails* e videoconferências de internautas que usam os serviços de empresas americanas, como *Google*, *Facebook* e *Skype*. A reportagem foi assinada pelo jornalista americano Glenn Greenwald que posteriormente saiu do jornal e lançou um site onde prometeu divulgar mais novidades sobre o caso. Em 7 de junho, o jornal americano “*The Washington Post*” também publicou dados entregues por Snowden, que detalham um programa de vigilância secreta que reunia equipes de inteligência da *Microsoft*, *Facebook*, *Google* e de outras empresas do Vale do Silício. Em outubro, o jornal complementou as denúncias, afirmando que a Agência Nacional de Segurança (NSA) invadiu em segredo links de comunicação que conectam data centers do *Yahoo* e do *Google* ao redor do mundo, e teve acesso assim a dados de centenas de milhares de contas de usuários. (G1, 2013).

Isso era apenas o começo de um “buraco” que os EUA formaram ao tentar invadir os computadores de usuários do mundo. Logo depois,

todos foram surpreendidos ao saber que usaram da ferramenta *XKeyscore* em celulares para intensificar a busca pelos dados.

Em 31 de julho de 2013, o “*Guardian*” publicou nova reportagem, mostrando que um sistema de vigilância secreto conhecido como *XKeyscore* permite à inteligência dos EUA supervisionar “quase tudo o que um usuário típico faz na Internet”. O sistema seria o de maior amplitude operado pela agência nacional de segurança americana. No fim de outubro, o “*Washington Post*” revelou que a NSA invadiu em segredo links de comunicação que conectam *data centers* do *Yahoo* e do *Google* ao redor do mundo, e teve acesso assim a dados de centenas de milhares de contas de usuários. O *chairman* do *Google*, Eric Schmidt, disse que denúncia é ultrajante e potencialmente ilegal se for verdade. (G1, 2013).

Ainda se não bastasse, a NSA utilizou um simples jogo de celular para colher mais e mais informações. “Novos documentos revelaram que a NSA e a agência GCHQ, do Reino Unido, desenvolveram ferramentas para explorar brechas presentes em aplicativos para celulares, como o popular *Angry Birds*, para espionar os dados dos usuários transmitidos pela internet.” (G1, 2013).

Mais uma vez, o sigilo da *Deep Web* esteve presente. Se não fosse por esse mecanismo, a veiculação da maioria das informações e planos entre o ex-agente da NSA e o ex-jornalista do *The Guardian* teriam sido impossíveis devido à vigilância dos EUA. As revelações sobre a amplitude e os detalhes do gigantesco programa de vigilância realizado pela NSA só foram possíveis por causa das medidas de Glenn Greenwald e Edward Snowden, o homem que delatou tudo e que atualmente está tendo de viver escondido para se proteger da fúria do governo americano, cujos segredos indecorosos e apavorantes foram tornados públicos por Snowden. “Certo ou errado, Snowden fez outros Estados-nação aumentarem sua atividade e audácia segundo Casey Fleming. CEO da *BlackOps Partners Corporation*, especializada em contraespionagem e proteção de segredos comerciais e vantagens competitivas para empresas da *Fortune 500*. (G1, 2013).

A criptografia da Deep Web para o jornalista

Hoje, a alta vigilância na rede mundial de computadores tornou-se um risco quando o arquivo é confidencial. Assim, novos recursos surgem para fazer a proteção desses documentos, entre eles a criptografia em PGP.

Inventado em 1991 por Phillip Zimmerman, o PGP – que em inglês significa *pretty good privacy* (privacidade bastante razoável – foi aprimorado até se tornar uma sofisticada ferramenta de proteção para *e-mails* e outras formas de contato *on-line* contra vigilância e *hackers*. Diversos casos talvez não teriam sido descobertos se seus autores tivessem usado a criptografia quando enviaram uma mensagem eletrônica.

O escândalo sexual do general David Petraeus, cujo caso extraconjugal com a jornalista Paula Broadwell, que pôs fim à sua carreira, foi revelado quando investigadores descobriram e-mails do *Google* entre os dois. Se Petraeus tivesse criptografado as mensagens antes de enviá-las pelo *Gmail* ou salvá-las em sua pasta de rascunhos, escreveu ele, os investigadores não teriam conseguido lê-las. A criptografia é importante, e não só para espiões e adulteros. Instalar um programa de e-mail é uma medida de segurança crucial para qualquer um que deseje se comunicar. Há pessoas por aí com quem adoraria conversar, mas que nunca vão poder entrar em contato a menos que saibam que suas mensagens não poderão ser lidas em trânsito. (GREENWALD, 2014, p. 34).

Proteger de fato as mensagens eletrônicas sem dúvida vem se tornando uma necessidade. O usuário da rede procura cada vez mais privacidade e a criptografia pode ser uma saída para uma proteção na atualidade. Jornalistas que enviam para a redação documentos confidenciais precisam proteger seus arquivos e aprender a se esquivar contra a espionagem virtual, uma das formas para a segurança poderia ser de fato a criptografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários conteúdos podem ser encontrados na rede anônima da *Deep Web*, como pedofilia,

comércio de armas e drogas, entre outras atividades que não são realizadas na *web* normal. Mas ela tem seu lado bom.

A agilidade com que a *web* se modifica acaba exigindo que o público busque cada vez mais aprendizado e não se limite às páginas primárias da internet. Contudo, apesar de sua difusão lógica, a linguagem e os limites da rede estão claros. A pergunta principal é: de que maneira a população vem transpondo essas barreiras? De um modo geral, podemos afirmar que uma das ferramentas utilizadas para burlar o conteúdo restrito é a *Deep Web*.

Sem nenhum manual de conduta ou uma legislação específica para a atividade paralela do jornalismo e da programação, segundo Machado (2007, p. 67), o ato de midiatizar esses dados “rompe as barreiras de enfoques tradicionais do direito internacional no que tange à democracia, às liberdades civis, às formas de organização política e identidades e valores sociais”. Assim, torna-se difícil sua atuação e interpretação em virtude da complexidade.

A *Deep Web* de fato chegou para ajudar o jornalista a confrontar governos autoritários e que controlam consistentemente a mídia. Veio para acabar com o controle que alguns países promovem contra o profissional de imprensa.

É, infelizmente, natural que um governo instigue sua população, tornando-a alienada, e através de seu discurso consiga demonstrar a notícia de seu interesse distorcida. Tornar informações confidenciais públicas é perigoso. Porém, é necessário considerar que reside aí o papel fundamental do jornalista: informar e servir à população, mesmo que isso vá contra o sistema político vigente. É difícil entender que, mesmo depois das recentes divulgações de informações sobre a espionagem norte-americana, relatadas por Snowden, a maioria das pessoas continue fazendo o uso da internet como apenas uma ferramenta de pesquisa e interação social.

A ‘raiva coletiva’ que o conhecimento sobre a falta de segurança na internet proporcionaria na população seria apenas uma das consequências futuras se divulgada. As pessoas infelizmente estão cada vez mais “americanizadas” e seguindo tudo o que os Estados Unidos proporcionam.

Se jornalistas fizessem uma rápida pesquisa parando pessoas e pedindo que elas citassem ao menos três motores de busca na internet, fora o *Google*, certamente elas não saberiam responder. No atentado em 11 de setembro, diversas pessoas julgaram Bin Laden, sem ao menos saber o que o havia levado a cometer tal crime. Se hoje o presidente dos Estados Unidos aparecesse na televisão e declarasse guerra a outro país sem se explicar, certamente diversas nações o ajudariam, sem ao menos novamente perguntar o porquê.

Segundo Ferrari (2003, p. 21), “a Internet chegou para ficar. Não é uma moda passageira e não haverá retrocesso. Jamais os usuários de e-mail voltarão a escrever cartas e deslocar-se até o correio para postá-las”. É por isso que o envio de conteúdo da internet para a televisão, rádio e jornal é tão importante e não devem de forma alguma ser barrado pela censura.

O jornalismo intenso é necessário para preservar a informação em contravenção à estrutura autoritária dos governos. Em diversos países, o ato de informar não é uma estratégia de marketing. É a forma mais eficaz de proteger a notícia de ser apagada dos registros históricos, porque mesmo que um jornal receba ação judicial de acordo com as leis estabelecidas em determinado território, seu país vizinho pode ter liberdade para este fim e, assim, a notícia (e consequentemente a informação) mantém-se segura.

Durante o desenvolvimento do trabalho, ficou nítido que a *Deep Web* é a ferramenta que chegou para o uso dos jornalistas e para a quebra de autoritarismo contra todos que promovem a prática da censura que cala a voz da verdade e a do princípio da “não divulgação da notícia de fato como realmente aconteceu”. A pesquisa mostrou que o profissional de imprensa pode “dar um basta” nessa ação antiga que limita o conhecimento da sociedade e usar a D.W. com a rede TOR para promover a verdade. Fazendo isso, quem sabe se torne a vida de governos rígidos mais difícil, fazendo com que Edward Snowden não seja o único a ter a coragem de mostrar a verdade. É de fato certo e é dever do jornalista mostrar a notícia verdadeira à sociedade rumo a

uma boa ética pré-estabelecida em sua formação. A sociedade necessita e tem direito a isso.

REFERÊNCIAS

- ASIMOV, Isaac. **As cavernas de Marte**. São Paulo: Hemus, 1973.
- BRASIL, Antônio Claudio. **Antimanual de jornalismo e comunicação**: ensaios críticos sobre jornalismo, televisão e novas tecnologias. São Paulo: Senac, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: sobre a internet, os negócios e a sociedade. São Paulo: Editora Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Natalia. Correspondentes brasileiros falam sobre sua rotina de trabalho e como é morar fora do país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 maio 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/correspondentes-brasileiros-falam-sobre-sua-rotina-de-trabalho-como-morar-fora-do-pais-2823411#ixzz3GXLUnYNE>>. Acesso em: 05 out. 2014.
- DAVID, Paul. Tribunal do Irã intimia Mark Zuckerberg. **Revista online Exame**, Rio de Janeiro, 27 de maio 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/tribunal-do-ira-intima-mark-zuckerberg>> Acesso em: 25 nov. 2014; 03 out. 2014.
- EFE. Estados Unidos fazem projeto de lei contra censura chinesa. **Terra**. Rio de Janeiro, 17 de fev. 2006. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI883153-EI12884,00-Estados+Unidos+fazem+projeto+de+lei+contra+censura+chinesa.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- ESPINOSA DE LOS MONTEROS, Guillermo G. **Periodismo internacional, corresponsales y testimonios sobre el extranjero**. Cidade do México: Hemeroteca Virtual, 1998.
- FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.
- G1. Entenda o caso de Edward Snowden que revelou espionagem dos EUA. **G1 ONLINE**, São Paulo, 02 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>>. Acesso em: 08 nov. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GREENWALD, Gleen. **Sem lugar para se esconder**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2014.
- GUIMARÃES, Bernardo. **A contra-censura midiática**: uma análise a partir do noticiário da “censura” ao Google. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- KOBORY, Nayara. Deep Web: o que você quer (e pode) encontrar. **Repórter Unesp**, São Paulo, 11 de abr. 2014.

Disponível em: <<http://www.reporterunesp.jor.br/deep-web-o-que-voce-quer-e-pode-encontrar/>> Acesso em 23 de out. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEMOS, André. **Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MACHADO, Jorge A. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias. Porto Alegre: Atlas, 2007.

MELO, João. Nem tudo são trevas: o lado bom da Deep Web. **Revista Galileu**. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0%2c%2cEMI331438-7770%2c00NEM+TUDO+SAO+TREVAS+O+LAD+O+BOM+DA+DEEP+WEB.html>>. Acesso em: abr. 2014.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NICOLA, Leandro. **Deep Web Hitman's**. Dihitt. Salvador, 27 de dez. 2013. Disponível em: <<http://www.dihitt.com/barra/deep-web-hitmans>>. Acesso em: 06 set. 2014.

PATERNITI, Michael. The man who knows too much. **Revista GQ**, Miami, 23 de maio 2014. Disponível em: <<http://www.gq.com/news-politics/newsmakers/201406/glenn-greenwald-edward-snowden-no-place-to-hide>>. Acesso em: 25 out. 2014.

PUTSATA, Rew. **Investigative reporting: a handbook for Cambodian journalists**. Internews. Washington, 6 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.internews.org/pubs/gov/c>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

SATO, Paula. Em que países a internet não é livre? **Revista Escola**, São Paulo, maio 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/paises-controlam-acesso-populacao-internet-474815.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2014.

SOUSA, Jorge de. **Teoria da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos; Letras Contemporâneas, 2002.

TORPROJECT, Projeto. **Tor: Overview**. Nova York, 27 dez. de 2013. Disponível em: <<https://www.torproject.org/about/overview.html.en>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

TORRES, Claudio. **O marco civil da internet – problema ou solução? Censura ou liberdade?** São Paulo, 04 maio 2013. Disponível em: <<http://www.claudiotorres.com.br/o-marco-civil-da-internet-problema-ou-solucao-censura-ou-liberdade/>>. Acesso em: 26 out. 2014.

VERDU, Daniel. O que o Google não vê. **El País**, Barcelona, 06 jun. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/06/tecnologia/1402082139_266819.html>. Acesso em: 25 out. 2014.

VICENTINO, Cláudio; GIANPAOLO, Dorigo. A ditadura total (1968-1977). In: **História para o Ensino Médio: história geral e do Brasil**. Ed. Atual. São Paulo: Scipione, 2008.

WIKIPEDIA. Marco Civil da Internet. **Wikipedia**. São Paulo,

20 de abr. de 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Civil_da_Internet>. Acesso em: 12 de set. 2014.

WIKIPEDIA. Princípio da não agressão. **Wikipedia**. São Paulo, 21 de maio de 2000. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Princ%C3%ADpio_da_n%C3%A3o_agress%C3%A3o>. Acesso em: 11 ago. 2014.

WORDPRESS. Teoria Espiral do Silêncio. **Wordpress**. São Paulo, 24 de mar. 2014. Disponível em: <<http://teoriasdacommunicacao2.wordpress.com/teoria-espiral-do-silencio/>>. Acesso em: 10 out. 2014.